



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1642073 - MG (2019/0378086-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO
ADVOGADOS : BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - RJ118948
GRACIELLE A.S. COLEN - MG140335N
AGRAVADO : JULIANA SOUZA COSTA
ADVOGADO : ANTONIO SATURNINO PEREIRA IVO - MG168355N
AGRAVADO : PLENA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO : LUCAS NUNES GUIMARAES - MG106934N

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. MULTA AFASTADA.

1. Ação de indenização por danos morais.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
5. Afasta-se a multa do art. 1026, § 2º, do CPC/15, quando não se caracteriza o intento protelatório na interposição dos embargos de declaração.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDAÇÃO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 13/09/2019

Concluso ao gabinete em: 19/03/2020

Ação: de reparação por danos morais ajuizada por JULIANA SOUZA COSTA, em face da agravante, em razão do não pagamento do não pagamento do seguro.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de gratuidade da justiça formulado pela agravante.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSO CÍVEL- JUSTIÇA GRATUITA- PESSOA JURÍDICA- IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM OS ENCARGOS PROCESSUAIS - COMPROVAÇÃO- NECESSIDADE -PREPARO RECURSAL - PAGAMENTO -AO INCOMPATÍVEL.

1. Deve ser indeferido o pedido de concessão da assistência judiciária formulado por pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, quE e não demonstra a sua precária condição financeira.

2. O pagamento do preparo recursal evidentemente constitui ato incompatível com o pedido de assistência judiciária (e-STJ fl. 760).

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados (e-STJ fls. 789/794).

Recurso especial: alega violação dos arts. 98 e 99, §2º, e 1.022, II, e art. 1026, § 2º, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que restou demonstrada a hipossuficiência da recorrente e que os embargos de declaração não por opostos não possuem efeitos protelatórios, devendo a multa a ele imposta ser afastada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência desta Corte, no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, especialmente, acerca da alegação de sua insuficiência em relação ao passivo e do fato de que o ativo se presta ao pagamento dos credores da massa liquidanda, que terão seu direito diminuído, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à análise dos documentos acostados aos autos, a respeito da concessão da gratuidade da justiça, no que concerne ao valor das custas processuais numa eventual sucumbência, em relação à oportunidade da parte apresentar novos documentos, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso

especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

- Da multa do art. 1026, § 2º, do CPC

Da análise dos autos, percebe-se que os embargos de declaração interpostos pela agravante não possuem intuito protelatório, razão pela qual, de acordo com a Súmula 98/STJ, a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1026 do CPC/15 deve ser afastada.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora